

Citação: Lemos, A. Privacidade e infopoder. In Santaella, L. (org). *Simbioses do humano e tecnologias: Impasses, dilemas e desafios*. São Paulo, Edusp/IEA-USP, 2022, pp.33-50

Privacidade e Infopoder¹

André Lemos²

Resumo

O objetivo desse artigo é, a partir do trabalho de Colin Koopman, tratar o problema da privacidade no atual capitalismo de dados através do reconhecimento de suas dimensões materiais, particularmente dos dados digitais. Koopman sustenta a hipótese de que a formatação dos dados constitui uma “pessoa informacional” (*informational person*), apontando que não são os dados que são pessoais, mas as pessoas que, pragmaticamente, são produzidas por eles. Esse poder de formatação das pessoas pelos dados é chamado de infopoder (*infopower*). O artigo conclui afirmando que abordar a questão da privacidade à jusante (proteção de dados pessoais atribuídos) é insuficiente para dar conta da questão. Uma política da privacidade exigiria uma postura crítica frente à formatação dos dados à montante, ou seja, na constituição do infopoder.

Palavras-Chave: Privacidade, capitalismo de dados, infopower, comunicação política

Abstract

The aim of this paper is, based on the work of Colin Koopman, to address the problem of privacy in the current data capitalism through the recognition of its material dimensions, particularly digital data. Koopman supports the hypothesis that the formatting of the data constitutes an “informational person”, pointing out that it is not the data that is personal, but the people who, pragmatically, are produced by them. This power of people formatting by data is called infopower. The article concludes stating that addressing the privacy issue downstream (protection of assigned personal data) is not enough to address the issue. A privacy policy would require a critical stance towards the formatting of upstream data, that is, in the constitution of infopower.

Keywords: Privacy, data capitalism, infopower, political communication

1. Introdução

Para o filósofo americano Graham Harman, objetos são qualquer coisa, inclusive humanos, e podem ser entendidos a partir de três dimensões ontológicas: a estritamente material de suas composições (que ele chama de *undermining*), a relacional, que sustenta que

¹ Esse artigo é fruto de duas palestras. A primeira proferida no 3º Simpósio Internacional em Inovação e Governança Digital, UnB, por videoconferência no dia 22 de junho de 2021 (mesa “Proteção de dados pessoais e os desafios ao Direito à Privacidade”), e a segunda realizada na Cátedra OSCAR SALA – IEA/USP em 30/07/2021. Esse artigo está vinculado ao projeto de pesquisa do autor (CNPq, Processo: 307448/2018-5; Modalidade/Nível: PQ-1A).

² Professor Titular FACOM/UFBA, Pesquisador 1A do CNPq, Coordenador do Lab404.

eles são constituídos pelas suas relações com outros objetos (*overmining*) e uma terceira que entende que os objetos são revelados pelas duas primeiras (*duomining*). Harman argumenta no seu “Objeto Quádruplo” (2011) e em toda a sua “Ontologia Orientada ao Objeto (OOO)” (2018) que as três formas de compreensão falham, afirmando que o objeto “real” é inescrutável e que ele só nos possibilita acessos parciais (o que ele chama de “*vicarious causation*”).

Por uma perspectiva *undermining*, objetos devem ser entendidos pela dimensão material de suas constituições. Estas vão criar *affordances* como formas específicas de relacionamento com o mundo. Para a visão *overmining*, objetos não têm essência e a dimensão material não é definitiva, pois o que eles são se produz no entrelaçamento com outros. A terceira posição defende que os objetos são substância e relação ao mesmo tempo. Harman entende que nenhuma dessas ontologias revelam a realidade última dos objetos, já que estariam todas vinculadas a uma visão antropocêntrica que só os apreende como fenômeno revelado à nossa consciência. Para Harman, os objetos têm uma vida que só se revela através da *vicarious causation*, isto é, por facetas parciais apresentadas a cada momento.

Embora não tenhamos tempo para aprofundar essa discussão, esse preâmbulo é importante para situar o nosso problema e a nossa posição. Para enfrentar a questão da privacidade no atual capitalismo de dados, reconhecemos a posição de Harman e vamos adotar uma abordagem que aceita essa perspectiva não antropocêntrica, buscando entender como o objeto “privacidade” se produz materialmente pelos dados e pelas relações criadas nas atuais redes sociotécnicas, sem esgotá-lo. Por um lado, somos constituídos pelos dados, é o que vamos mostrar com o trabalho de Colin Koopman (2019) e, por outro, pelas relações que pragmaticamente se produzem.

Esta posição é defendida pelas filosofias e sociologias pragmáticas e neomaterialistas (BARAD, 2007; BENNET, 2010; VERBEEK, 2005; FOX; ALLDRED, 2017, LATOUR, 2005). Tudo se constitui na relação com diferentes redes sociotécnicas. Nessa perspectiva, o que é, é sempre em relação a outros. O que existe, existe por mediações, associações, passagens por outros para existir (LATOUR, 2013). Se é assim, como poderia haver vida individual, privada, se tudo se passa nas associações, no coletivo, se somos resultado, sempre aberto e provisório, de uma construção?

Somos muitas coisas, e o que somos não se esgota nem na nossa constituição física e neurológica, que baliza nossa ação no mundo, nem nas relações pragmaticamente construídas que nos apresentam à vida pública. Portanto, o indivíduo delimitado por uma fronteira bem constituída, por uma vida privada como propriedade desse sujeito, não passa de uma ideia operacional visando dar conta de questões culturais, econômicas ou legais. Nesse sentido, a privacidade deve ser abordada de forma mais ampla, reconhecendo que ela não pode ser definida apenas pelo objeto em si, nem apenas pelas relações ao longo da história (não havia ideia de privacidade na Grécia, e hoje nossa visão deve muito à ação moderna dos *mass media*).

A privacidade é um constructo material-discursivo que emerge de um conjunto de dispositivos materiais, legais, tecnológicos... O que é pessoal (para além do corpo material) vai ganhando contornos a partir do que, de acordo com a história e a situação local, se produzem nas mediações e nos dispositivos. Temos defendido essa perspectiva no Lab404 (Póscom/UFBA) realizando estudos com uma abordagem neomaterialista, isto é, não essencialista, pragmática e genealógica, partindo de práticas concretas e estudos imanentes³. Em relação à privacidade, produzimos alguns artigos utilizando essa abordagem⁴. Em pesquisa sobre o sensor de temperatura da Nest (IoT) (LEMOS, MARQUES, 2019), afirmamos que:

(...) a privacidade sempre é produzida a partir de múltiplas mediações, de forma sempre relacional através de agenciamentos materiais (FOX; ALLDRED, 2016). A maleabilidade e transitoriedade do conceito de privacidade, portanto, reforça a necessidade de observar como o mesmo é produzido, percebido e circulado, para além de enquadrá-la em perspectivas essencialistas.

O objetivo desse artigo é, em um primeiro momento, tratar a privacidade como uma questão coletiva e materialmente construída, situando nosso problema na atual fase da cultura

³ Não há espaço para uma discussão sobre essas teorias. Remeto aqui aos meus dois últimos artigos sobre o tema: Lemos (2020b) e Lemos e Bitencourt (2021).

⁴ Lemos, A., Firmino, R. Marques, D. Matos, E., Lopes, C. Smart Pandemic Surveillance? A neo-materialist analysis of the “Monitora Covid-19” application in Brazil. *Surveillance and Society* (no prelo); Lemos, A., Marques, D. *Vigilância Baseada em Dados, Privacidade e Covid-19*, Dossiê In Vitro, Lab404/Poscom-UFBA, 11/05/2020. <http://www.lab404.ufba.br/vigilancia-guiada-por-dados-privacidade-e-covid-19/>. Lemos, A.; Marques, D. Interfaces Maliciosas: estratégias de coleta de dados pessoais em aplicativos. *V!RUS*, São Carlos, n. 19, 2019. <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=2&lang=pt>. Lemos, A., Marques, D. (2019). Privacidade e Internet das Coisas: uma análise da rede Nest a partir da Sensibilidade Performativa. *E-Compós*, 22(1). <https://doi.org/10.30962/ec.1611>

digital, a dataficação massiva e a formação de um capitalismo de plataformas. Descrevemos em seguida as principais características do que Koopman chama de *infopower* (infopoder). Ele se configura a partir de técnicas precisas de formatação (*formatting*), tendo como objeto a criação de uma “pessoa informacional” (*informational person*). Consequentemente, a questão que deve nos ocupar em relação a esse objeto não está apenas à jusante (com os dados atribuídos e identificados como “pessoais”⁵), mas também à montante (como os dados são criados, formatados, tratados e performados). Consequentemente, é urgente, no atual capitalismo de dados, problematizar politicamente a performatividade da formatação dos dados que constitui o infopoder.

2. Privacidade

As definições clássicas de privacidade estão ancoradas na visão de “dados pessoais” com uma “propriedade e individualidade do sujeito” (SOLOVE, 2002), como: o direito de ser deixado em paz; de não ser incomodado; de limitar o acesso a si; de manter segredos; de controle sobre os processos de circulação das informações; de proteção da individualidade; da preservação da intimidade dados etc.

Dados pessoais são definidos como um conjunto de informações distintas que podem levar à identificação de uma pessoa, tais como: nome; endereço; correio eletrônico; número de um cartão de identificação; dados de localização, endereço IP; cookies; telefone; dados hospitalares ou médicos, entre outros. Em todas essas concepções permanece, nitidamente, a interpretação do dado como uma propriedade individual que se deve proteger. Certamente essa é uma tarefa urgente, mas precisamos ir além.

A questão da privacidade é sempre colocada em termos de proteção dos dados “pessoais” já atribuídos que questiona pouco a formatação dos dados que constroem pragmaticamente essas mesmas pessoas. Certamente a proteção dos dados relativos a uma pessoa é fundamental para garantir a soberania (seja do indivíduo, das instituições ou dos governos) e o Estado Democrático de Direito, a fim de resguardar o direito ao anonimato,

⁵ A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709, de 2018, atua nesse sentido regular o tratamento de dados pessoais. Ela cria a “Autoridade Nacional de Proteção de Dados” (ANPD) como um órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da lei. A LGPD entrou em vigor em agosto de 2021. Instituições e empresas deverão se adaptar (informar que dados pessoais possui, os dados compartilhados com terceiros, apagar alguns dados solicitados; nomear um diretor de proteção de dados entre outras).

aos segredos mais íntimos sobre a vida cotidiana e assegurar a liberdade de compartilhar e/ou proibir o uso desses dados por terceiros.

Nas sociedades avançadas, os dados nos formatam de tal maneira que não existimos sem eles, gerando assim um efeito performativo de verdade muito eficaz. Certamente é um sintoma dessa questão o fato de que a redação do ENEM de 2021 ter sido justamente o tema: “invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”⁶. Recentemente, o governo enfrenta o problema da invisibilidade de seus cidadãos que, por não terem o NIS (número de identificação social) ou outros documentos, não conseguem ter acesso ao auxílio emergencial, a serviços de saúde, matricular filhos na escola, entre outros direitos sociais.

O mesmo acontece com a ameaça, por falta de recursos e vontade política, da não realização do Censo do IBGE que pode fazer com que o Brasil desapareça, pragmaticamente, impedindo ações concretas a curto e médio prazos. O censo, certamente, não é apenas um instrumento de contagem, mas de classificação, formatação, balizador de agências por parte de instituições públicas e privadas. Ele é assim um dispositivo informacional político que produz a ideia performativa de uma “sociedade brasileira” (agenciando políticas públicas).

Vemos como a questão política de privacidade deve ser situada pragmática e materialmente, como relação e como substância, nunca esgotando completamente o problema. Não somos materialmente os dados, eles não são “pessoais”, uma propriedade do meu corpo, mas não somos sujeitos sociais sem eles. Se não somos apenas os dados, não existimos pragmaticamente sem eles. A ideia de uma essência que afirma que não somos os dados, baseia-se sempre numa postura superficial de defesa de uma substância humana não artificial ou tecnológica (*undermining*) que esvazia o debate político, aquele que nos vincula à esfera do comum (*overmining*). Para Koopman (2019):

(...) ideia de que existe uma natureza humana essencial, uma ontologia real do próprio ser humano, que está de alguma forma além do alcance de nosso dossiê informativo e, no entanto, ao alcance de outra coisa, talvez uma metafísica filosófica. Minhas preocupações aqui são diferentes. Estou interessado em pessoas informativas através de sua história, não de sua essência. (p.7)⁷

⁶ Ver <https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/11/21/enem-2021-tema-da-redacao-e-invisibilidade-e-registro-civil.ghtml>

⁷ (...) *on the idea that there is an essential human nature, a real ontology of human being itself, that is somehow beyond the grasp of our informational dossier and yet within the reach of something else, perhaps a philosophical metaphysics. My concerns here are different. I am interested in informational persons through their history, not their essence.* Todas as traduções são do autor.

Meu argumento é que nossos dados não são meras externalidades anexadas a nós, das quais podemos nos separar de nosso eu mais verdadeiro quando quisermos, mas são partes constitutivas de quem podemos ser. Quem somos é, portanto, profundamente interativo com os dados. Somos ciborgues que se estendem aos nossos dados. (p. 8)⁸

A privacidade pode ser pensada como um conceito gerado a partir de determinados dispositivos de construção, tendo por base que estes produzem subjetividades, vinculando a pessoa à vida coletiva. É importante, certamente, a partir dos pontos de vista político, econômico e jurídico, proteger os dados que entendo que são meus (pessoais) - uma questão política -, mas é fundamental ampliar o debate e politizar a forma como somos produzidos pelos dados - uma questão ontológica. É preciso entender a dinâmica que nos transformou em um constructo dos próprios dados.

O que vamos destacar aqui é que a defesa da privacidade criada à jusante, ou seja, depois que o dado é formatado e atribuído a um indivíduo é fundamental, e ela está ameaçada hoje pela atual sociedade de plataformas e o correlato capitalismo datafocado regido por sistemas de inteligência artificial. No entanto, a ameaça é ainda mais ampla, pois ela está também à montante, na própria necessidade de transformação de coisas em dados digitais e nas diversas formatações a partir das quais os mesmos vão adquirir funções, formatações e agenciamentos. Pouca atenção é dada a esse fenômeno, ou seja à formatação na geração do que entendemos como “dado pessoal”. O problema deve não apenas ser o de proteger o dado já formatado, mas politizar as maneiras de formatação e de agência dos dados que passarão a ser atribuídos a objetos e pessoas.

3. Dataficação

A sociedade digital contemporânea se caracteriza pela plataformização da sociedade, pelos processos de dataficação e pela performatividade algorítmica (LEMOS, 2020a). Com a atual dataficação da vida (LEMOS, 2021), ou seja, com os processos de coleta massivos de dados nas relações sociais, no uso de energia e minerais da natureza e na produção datafocada do conhecimento, o enfrentamento da questão sobre a função dos dados no agenciamento do

⁸ *My argument is that our data are not mere externalia attached to us from which we might detach our truer selves as we please, but are rather constitutive parts of who we can be. Who we are is therefore deeply interactive with data. We are cyborgs who extend into our data.*

sujeito, das formas de sociabilidade, ou da ação política, tornam-se urgente, embora a sociedade da informação se origine bem antes, no início do “culto aos números” nos séculos XVII e XVIII (Mattelart, 2002). A dataficação atua, portanto, nas dimensões relacional, subjetiva, material e epistemológica. Os sistemas de IA, que fomentam os processos de dataficação, se tornam a cartografia única do mundo, como explica Kate Crawford (2021, p.11):

Um dos fundadores da inteligência artificial e um dos primeiros experimentadores em reconhecimento facial, Woody Bledsoe, foi mais direto: “a longo prazo, a IA é a única ciência.” Este é um desejo de não apenas criar um atlas do mundo, mas para ser o atlas - a forma dominante de ver. Esse impulso colonizador centraliza o poder no campo da IA: ele determina como o mundo é medido e definido, ao mesmo tempo em que nega que essa seja uma atividade inerentemente política.⁹

As formas de classificação, recomendação e geração de perfis vão nos constituindo materialmente, como por exemplo ao informar CPF, gênero ou cor da pele em um formulário, questionário, ou cadastro em lojas ou plataformas digitais. Essa formatação produz uma “pessoa física”, um sujeito CIS ou LGBTQIA+, preto ou branco, não apenas individual, mas coletivo. Informar vem do latim *informare*, dar forma. Porque devemos “*in-formar*” gênero ou cor em um determinado sistema? Essa formatação vai induzir a uma determinada performatividade e agência sobre os indivíduos, retroativamente, em tempo real e futuramente, sendo estes assim produzidos. Certamente essa produção pode ajudar nas políticas públicas afirmativas, mas também nas diversas formas de discriminação. No entanto, de uma forma ou de outra, o que temos de fato é uma produção material do que somos e em que nos enquadrados socialmente.

Esses processos de produção, formatação, captação e operacionalização de dados vão nos constituir pragmaticamente nos diversos coletivos dos quais fazemos parte (trabalho, lazer, sociabilidade, educação, família...). O que gostamos ou não, o reconhecimento dos perfis psicológicos, o que vamos consumir como informação etc., são agenciados pela dinâmica das plataformas digitais e das diversas formas de recomendação algorítmica

⁹ One of the founders of artificial intelligence and early experimenter in facial recognition, Woody Bledsoe, put it most bluntly: “in the long run, AI is the only science.” This is a desire not to create an atlas of the world but to be the atlas—the dominant way of seeing. This colonizing impulse centralizes power in the AI field: it determines how the world is measured and de-fined while simultaneously denying that this is an inherently political activity.

(Crawford, 2021; Mayer-Schönberger; Cukier, 2013) da sociedade de plataformas (Van Dijck; Poell; de Wall, 2018).

Podemos pensar dados como “capta” (Kitchin & Dodge, 2011), como o que é retirado e transformado em informação digital, mas também no sentido original, como “dado”, “oferta”, pois somos “ofertados” de tal maneira aos diversos coletivos: como branco, preto, cis, transgênero, brasileiro, com determinados traços de personalidade etc. O poder dessa formatação informacional ganha força pois estamos em meio a um capitalismo de dados ou vigilância (Zuboff, 2018), com uma forte tecnocracia dirigida por dados, ou “algocracia” (Danaher, 2015), chamando a atenção o desequilíbrio de poder entre quem tem e não tem informação, entre quem capta e quem oferece os dados. Nesse sentido, o problema da vigilância e da privacidade são críticos, pois dados pessoais são sensíveis e alimentam a dataficação massiva.

Todas as nossas ações são “captadas” e transformadas em dados digitais operacionalizáveis para nos “oferecer” sob determinada formatação (gerando indicações de ações sociais, culturais, comerciais, políticas) nas plataformas e redes sociais. Estas funcionam, conseqüentemente, a partir desse indivíduo “captado e dado”, ao qual serão dirigidas ações e oferecidos serviços e informações (que, cada vez mais, aceita-se e reconhece-se como naturalmente pertinentes). A dataficação tem nesse sujeito de dados a fonte principal, mas ela só funciona de forma coletiva, pois é a agregação de dados que dá poder de influência aos atuais sistemas de inteligência artificial.

A lógica algorítmica das plataformas e redes sociais produzem um duplo performático baseado nos dados coletados que geramos em praticamente todas as nossas atividades. Não podemos ser reduzidos a esses dados, mas, ao mesmo tempo, não podemos dizer que não somos por eles formatados. Os sistemas sabem muito pouco sobre nós (enquanto sujeitos atravessados por múltiplos agenciamentos, gerados em processos complexos de subjetivação), mas eles são eficientes e nos fazem funcionar de uma certa maneira. Sua eficácia e sucesso vêm justamente desse convencimento lento e progressivo. O poder da informação formatada com dados digitais pessoais sensíveis (o que acessamos, curtimos, lemos, publicamos, as localizações e horário das ações etc.) vão produzir um sujeito informacional. Esse poder de formatação (*formatting*) e esse sujeito informacional, Colin Koopman chama, respectivamente, de infopoder (*infopower*) e de pessoa informacional

(*informational person*). A “pessoa informacional” é o objeto do “*infopoder*”. Como afirma o autor (2019, p. 156), o “*infopoder é exercitado onde quer que sejamos formatados*”¹⁰.

4. Infopoder

Para Koopman (2019), o infopoder tem sua gênese na década de 1920 nos EUA com processos diversos de formatação de informações como dados. Ele cita ao longo do livro muitos exemplos dessas gênese: manuais para preenchimento de planilhas, delimitação de linhas vermelhas para aluguel de casas cruzando raça e localidade em fichas de imobiliárias, definição de comportamentos psicológicos a partir de perfis produzidos para se encaixarem em sistemas de padronização, entre outros. Sobre os manuais, Koopman diz que eles “*são equipamentos. Eles instruem. Eles programam. Eles especificam os procedimentos a seguir. Eles nos dizem como alcançar tudo o que esperamos alcançar. O manual é, sim, um equipamento modernizador por excelência*” (p. 132). A constituição dessa pessoa informacional está tão bem arraigada hoje que nem precisamos mais de manuais para preencher formulários ou para fazer funcionar uma máquina informacional, tamanho é o poder da formatação.

Esse amplo sistema de formatação de dados vai constituir uma pessoa informacional produzida no entrelaçamento com os dispositivos gerando um poder inerente ao dado e a informação: o infopoder. A formatação é a ação material do infopoder na constituição da pessoa informacional e da sociedade da informação como um todo. Infopoder e formatação constituem assim uma “mentalidade” (governamentalidade¹¹) que passa a compreender o mundo como dados, criando processos de enquadramento de uso de determinados sistemas e dispositivos. Ele é exercido através de uma multiplicidade de formatos que molda, restringe e prepara tudo o que é coletado, armazenado, processado, refinado, recuperado e redistribuído como informação. Por exemplo, sobre o racismo, escreve Koopman (2019, p. 113-114):

Para ter uma noção de por que isso é importante, imagine uma história alternativa do século XX em que as conexões entre dados e raça não tivessem sido forçadas. (...) Em tal história alternativa, o racismo certamente teria

¹⁰ *Infopower is enacted wherever we are formatted.*

¹¹ A mentalidade aqui pode ser entendida como um sistema de governo, uma governamentalidade. Sobre esse conceito ver Foucault (1986, 2006).

procurado, e pode de fato ter encontrado, outros meios de se manter. Mas essas alternativas teriam produzido um racismo dramaticamente diferente daquele que persiste hoje. Isso ilumina o quão profundamente as práticas de racismo de hoje dependem de dados¹².

Esses “equipamentos modernizadores” de formatação de dados vão produzir, material e discursivamente, as categorias pessoais e psicológicas (sexo, raça, classe, gênero...) que serão não só atribuídas e identificadas aos indivíduos, como também farão com que os indivíduos se vejam nelas, acreditem que elas expressam as suas personalidades como se fossem um dado natural. Elas são construídas mas, pela força e banalização da formatação, tomadas como inatas e universais.

O infopoder vai sendo ampliado desde então, chegando ao ápice hoje, com os sistemas de inteligência artificial. Sabemos que para funcionar de forma eficiente eles precisam reduzir a complexidade do mundo. Essa redução, com o tempo, passa a ser vista como o próprio mundo (Crawford, 2021). Nesse sentido, e corroborando com a análise de Koopman, sistemas usados por empresas como Amazon e Microsoft precisam produzir expressões tidas como universais para ter efetividade no reconhecimento facial. Como um sistema algorítmico interpretaria, a partir de dados universais, o sorriso da Mona Lisa ou do Coringa? Embora estudos nas ciências humanas demonstrem que não há expressões universais, como explica Crawford (2021, p. 155),

A Microsoft oferece detecção de emoção em sua API Face, que afirma detectar o que um indivíduo está sentindo em relação às emoções de “raiva, desprezo, nojo, medo, felicidade, neutro, tristeza e surpresa” e afirma que “essas emoções são entendidas como intercultural e universalmente comunicadas com expressões faciais específicas.” A ferramenta *Rekognition* da Amazon afirma da mesma forma que pode identificar “todas as sete emoções” e “medir como essas coisas mudam ao longo do tempo, como construir uma linha do tempo das emoções de um ator”¹³.

¹² *To get a sense of why this matters, imagine an alternative history of the twentieth century in which connections between data and race had not been forged. No redlining, no credit inequity, no financial racism, and no prejudicial inequalities on any scale large enough to require statistical reasoning. In such an alternative history, racism would surely have sought, and may indeed have found, other means of maintaining itself. But those alternatives would have produced a racism dramatically different from that which persists today. This illuminates how deeply today's practices of racism depend on data.*

¹³ *Microsoft offers emotion detection in its Face API, which claims to detect what an individual is feeling across the emotions of “anger, contempt, disgust, fear, happiness, neutral, sadness, and surprise” and asserts that “these emotions are understood to be cross-culturally and universally communicated with particular facial expressions.”¹⁵ Amazon’s Rekognition tool similarly claims that it can identify “all seven emotions” and “measure how these things change over time, such as constructing a timeline of the emotions of an actor.*

O infopoder é um modo de exercício do poder que se realiza através de técnicas de coleta, processamento e distribuição de dados (*formatting*), canalizando e acelerando ações de constituição de um sujeito informacional. Para Koopman (2019, p. 12), “o infopoder é exercido por meio desse trabalho cotidiano de formatação. Um argumento central deste livro é que a informação é um exercício de poder por meio do trabalho de seus formatos variados e flexíveis”¹⁴. E, de forma mais explícita: “a formatação técnica é um ato de poder que prende seus sujeitos a seus dados”¹⁵.

Reconhecer o infopoder é levar em consideração essas dimensões materiais e discursivas de constituição do sujeito individual e coletivo em relação aos dados e a informação digital. Ele é um poder materialmente constituído, sendo inerente ao próprio dispositivo informacional. O infopoder é, portanto, um aparato que se alimenta da formatação dos dados, alcançando seu ápice na lógica da dataficação e das performances algorítmicas atuais. Segundo Koopman, ele vai se constituir através de três etapas: coleta e armazenamento de dados (a fase de entrada); análise e aumento de dados (a fase de processamento); e disseminação e reprodução de dados (a fase de saída)¹⁶. O que vivemos hoje com a cultura digital de plataformas e dataficação algorítmica inteligente não é uma novidade, mas a expansão da constituição histórica desse poder da formatação. Sobre os algoritmos, afirma Koopman (2019, p. 87):

a importância dos algoritmos pode ser recente apenas se os separarmos dos conjuntos de dados mais amplos colocados em operação. Olhando mais amplamente, no entanto, podemos reconhecer que os algoritmos têm ajudado a formatar a nós mesmos (e muito mais) por quase um século. Como tal, não é uma suposta expansão recente na implantação ou na capacidade algorítmica que merece nossa atenção crítica, mas sim a disposição há muito arraigada que nos preparou bem para nos considerarmos sujeitos de algoritmos¹⁷.

¹⁴ *infopower is exercised through this quotidian work of formatting. A central argument of this book is that information is an exercise of power through the work of its varied and flexible formats.*

¹⁵ *technical formatting is an act of power that fastens its subjects to their data.*

¹⁶ *data collection and storage (the input phase), data analysis and augmentation (the processing phase), and data dissemination and reproduction (the output phase).*

¹⁷ *The significance of algorithms can be recent only if we peel them off from the broader data assemblies in which they are put into operation. Looking more widely, however, we can recognize that algorithms have been helping to format our very selves (and so much more) for nearly a century. As such, it is not some supposed recent expansion in algorithmic deployment or capacity that deserves our critical attention, but rather a long-entrenched disposition to algorithms that has well prepared us to regard ourselves as subjects of algorithms.*

A formatação, portanto, não é nova nem neutra, possuindo uma dinâmica nela mesma, indo além do biopoder disciplinar foucaultiano, ou do controle deleuzeano. Para Koopman, a noção de coleta de dados como biopoder é ineficiente para compreender como os dados nos constituem, pois trata-se de questões não apenas de soberania, mas de estratégia de construção de um aparato informacional que visa se autoalimentar e perpetuar. A noção de coleta de dados como biopoder é ineficiente para compreender as estratégias de construção do infopoder. Ele ganha uma dinâmica própria na materialidade dos seus processos de formatação, visando a sua própria sustentação. Como explica o autor (2019, p. 172):

Essa relação histórica pode ser resumida da seguinte forma: um ofício de informação nasceu em contextos biopolíticos e anatomopolíticos e a partir daí invadiu lentamente múltiplos domínios, bem como uma série de instituições fundamentalmente orientadas pela soberania. Em sua primeira aparição, a informação era em si um mero instrumento de outros modos de poder. Mais tarde, esse ofício de informação assumiu uma gravidade própria, de tal forma que se tornou um conjunto distinto de poder por direito próprio: um infopoder de fixação, com suas próprias operações táticas, técnicas meticulosas, sujeitos alistados e racionalidade correlativa de dados.¹⁸

As plataformas digitais, com suas formas massivas de captação de dados e de performance desses dados pela inteligência artificial ampliaram as ações do infopoder sobre indivíduos. A pessoa informacional é cada vez mais formatada pelos algoritmos de recomendação que as indexam em perfis, induzindo ações, valorizando coisas em detrimento de outras. Nesse sentido, a recomendação aqui é coerção, pois a lógica algorítmica torna coisas invisíveis oferecendo pouco ou nenhum espaço de escolha. Ela não recomenda. Ela induz pela coerção branda! É preciso urgentemente pensar formas de controle dos algoritmos de recomendação¹⁹.

5. Desafios para uma Política da Privacidade

¹⁸ *This historical relationship can be summarized as follows: a craft of information was born within biopolitical and anatomopolitical contexts and from there slowly invaded multiple domains of each, as well as a number of institutions fundamentally oriented by sovereignty. In its earliest appearance, information was itself a mere instrument of other modes of power. Later, that craft of information assumed a gravity of its own such that it became a distinctive assembly of power in its own right: an infopower of fastening, with its own tactical operations, meticulous techniques, enlisted subjects, and correlative rationality of data.*

¹⁹ Não tenho tempo para esse debate aqui, mas uma das questões centrais a serem enfrentadas em uma regulação das ações das plataformas e das redes sociais é o limite da recomendação algorítmica já que ela exerce, de forma sutil e progressiva, o infopoder pela formatação das pessoas (informacionais).

O argumento central de Koopman é que estamos despreparados para pensar esse infopoder. A comunicação política não o reconhece ainda enquanto formatação do sujeito performado nas redes sociotécnicas. Haveria, portanto, um descompasso na comunicação política e na política da informação já que a teoria da informação (cibernética e teoria matemática) ficou em um campo e a “comunicação política” foi para outro. Por mais estreita que seja a conexão entre informação e comunicação, isso não implica que uma política de informação já esteja plenamente expressa em uma política de comunicação. Assim sendo, as teorias democráticas normativas tomam a comunicação como seu núcleo (de base habermasiana tais como interação discursiva, deliberação, consenso, conversação...) e isso explicaria por que a política da informação permaneceu, como afirma Harcourt, *"amplamente invisível para a teoria e a prática democráticas"* (apud KOOPMAN, p. 181). Para Koopman (2019, p. 185):

A teoria democrática deliberativa, portanto, não está errada ao orientar sua orientação política em torno da comunicação. Mas, ao exigir que a comunicação seja sempre o meio de seu próprio aprimoramento, essas teorias inadvertidamente estabelecem sua plausibilidade com base no isolamento de políticas comunicativas da própria política da informação. (...) Meu argumento, em contraste, é que para confrontar a informação como um problema político, devemos confrontar a informação em si, no nível de seus formatos, ao invés de tomar a formatação da informação como dada. As informações sempre são formatadas primeiro. Assim, qualquer tentativa de confrontar a informação como uma função pura da comunicação está fadada a deixar intactos aqueles formatos que qualquer processo comunicativo deve pressupor²⁰.

O entendimento do problema da privacidade no atual capitalismo de dados deve passar pelo reconhecimento de suas dimensões materiais e pragmáticas do infopoder. O desafio para a comunicação política é, na sua ação propositiva, elaborar uma política da informação que reconheça o poder da formatação para fazer face criticamente à constituição

²⁰ *Deliberative democratic theory is thus not wrong to orient its political guidance around communication. But in requiring that communication always be the means of its own improvement, these theories unwittingly establish their plausibility on the basis of insulating communicative politics from the politics of information itself. Communicative politics, and the communicative conceptions of democracy that provide them with guidance, can only presuppose information. My argument, in contrast, has been that to confront information as a political problem we must confront information itself, at the level of its formats, rather than taking information's formatting for granted. Information always formats first. Thus, any attempt to confront information as a pure function of communication is bound to leave intact those formats that any communicative process must presuppose.*

cidadã e a sua performance no comum. Entender a privacidade nesse contexto é situá-la não apenas no controle informacional sobre o indivíduo ou sobre a sua vida, mas descrever e questionar a formação do infopoder nele mesmo. Ou seja, inserir na questão da privacidade e proteção de dados (pessoais) não apenas o controle sobre o indivíduo, mas a sua própria constituição por dispositivos de formatação dos dados.

Se somos nossos dados, deve-se sempre perguntar e questionar: Como a informação é formatada, processada e distribuída? Por quais instrumentos? Em que situações? Por quem ou quais instituições? Com qual justificativa e objetivo? Com que frequência? O que essa formatação produz materialmente e discursivamente a curto, médio e longo prazos? Quais as vantagens e desvantagens dessa formatação? A formatação deve se transformar em uma questão política e não em um *laissez faire*. Nem tudo deve ser “plataformizável”, dataficado, formatado sem um debate sobre os agenciamentos dessa formatação. Se não vemos o infopoder, essas questões podem ficar obscurecidas.

Não se trata apenas de proteger os dados pessoais, como propriedade, mas de entender a construção do sujeito e das categorias coletivas nesse infopoder. Podemos sugerir, como propõe Koopman, que a discussão sobre privacidade deve entender que “*os formatos são atos de poder que nos submetem a operações de fixação aos dados.*”²¹ (p. 156).

O dado individualizado não produz efeito performativo. Ele só faz sentido coletivamente, agregando perfis em “categorias”. Isso vem sendo reconhecido a partir dos problemas de enviesamento algoritmo, de requisição de dados por redes sociais e plataformas. Uma política de proteção de dados pessoais deve entender que a questão da privacidade é um constructo coletivo, resultado desses dispositivos específicos de produção do sujeito, uma questão que não se circunscreve às dimensões *undermining* ou *overmining* do objeto. É como se a ideia de privacidade tivesse que ser pensada antes mesmo da constituição da pessoa informacional.

Referências

Barad, K. 2007. **Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning**. Durham, London: Duke University Press.

²¹ Formats are acts of power that subject us to operations of being fastened to data.

- Bennet, J. 2010. **Vibrant Matter: A Political Ecology of Things**. Durham, London: Duke University Press Durham, NC, 2010.
- Crawford, K. 2021. **Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence**. Yale University Press.
- Danaher, J. 2016. The threat of algocracy: reality, resistance and accommodation. **Philosophy & Technology** 29 (3): 245-68.
- Foucault, M. 1986. **Microfísica do Poder**. RJ. Graal.
- _____. 2006. **Seguridad, territorio, población: Curso en el Collège de France: 1977-1978**. Fondo de Cultura económica: Buenos Aires.
- Fox, N. J.; Alldred, P. 2017. **Sociology and the New Materialism. Theory, Research, Action**. London, England: SAGE Publications, 2017.
- Harman, G. 2011. **The Quadruple Object**. Zero Books.
- _____. 2018. **Speculative Realism. An Introduction**. Polity Press.
- Kitchin, R., & Dodge, M. 2011. **Code/space: Software and everyday life**. MIT Press.
- Koopman, C. 2019. **How We Became Our Data: A Genealogy of the Informational Person**. University of Chicago Press.
- Latour, B. 2005. **Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press.
- _____. 2013. **An inquiry into modes of existence: An anthropology of the moderns**. Harvard University Press.
- Lemos, A. 2020. Plataformas, dataficação e performatividade algorítmica (PDPA): Desafios atuais da cibercultura. In Prata, Nair; Pessoa, Sonia C. (Orgs). **Fluxos Comunicacionais e Crise da Democracia**. São Paulo: Intercom, pp 117-126.
- _____. 2020a. Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. **Galáxia** (São Paulo), 43, 54–66. <https://doi.org/10.1590/1982-25532020143970>
- Lemos, A.; Bitencourt, E. 2021. Sete pontos para compreender o neomaterialismo. **Galáxia** (São Paulo), 46, e52017. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202152017>
- Mattelart, A. 2002. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola.
- Mayer-Schönberger, V.; Cukier, K. 2013. **Big data: A revolution that will transform how we live, work, and think**. Kindle ed. [s.l.] Houghton Mifflin Harcourt.

- Solove, D. J. 2002. Conceptualizing privacy. **California Law Review**. jul.
- Van Dijck, J.; Poell, T.; de Waal, M. 2018. **The Platform Society**. 2018. New York: Oxford University Press, USA.
- Verbeek, P. 2005. **What Things Do**. Philosophical Reflections on Technology, Agency, and Design. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.
- Zuboff, S. 2019. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Public Affairs.

Sobre o autor

André Lemos é escritor e Professor Titular do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da UFBA. Doutor em Sociologia pela Université René Descartes, Paris V, Sorbonne (1995). Foi *visiting scholar* nas Universidades McGill e Alberta (Canadá, 2007-2008) e na National University of Ireland (2015-2016). Professor visitante em universidades do Brasil e do exterior. Diretor do Lab404 - Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço e pesquisador "1A" do CNPq. Membro do Comitê Gestor do INCT-DD. Publicou 17 livros acadêmicos e 5 de ficção, além de dezenas de artigos em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais.